

Alerta de

É difícil bancos fecha

Tancredo ao FMI valeu

rem acordo antes da eleição do futuro presidente

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Os banqueiros credores e o Fundo Monetário Internacional (FMI) reagiram com surpresa à declaração do futuro presidente Tancredo Neves, sobre a impossibilidade de se cumprir as principais metas da 7ª Carta de Intenções que está para ser aprovada pela direção daquele organismo em Washington, de acordo com representantes de bancos estrangeiros e funcionários do governo que mantêm contatos com a delegação do Banco Central nos Estados Unidos.

A tomada de posição antecipada, sobre as metas do "programa de ajustamento" para o próximo ano, poderá influir não só na apreciação da 7ª Carta pelo diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, como também no encaminhamento da atual rodada de renegociação da dívida externa, que vem sendo desenvolvida em Nova Iorque entre o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, e o Comitê de Assessoramento liderado por William Rhodes, do Citibank.

A expectativa entre funcionários do Banco Central, em Brasília, é que os banqueiros não voltarão atrás nesta altura das conversações, mas dificilmente aceitarão agora fechar o acordo de rolagem das amortizações brasileiras antes da eleição do novo presidente da República no Colégio Eleitoral. A intenção de Pastore e dos ministros da área econômica era obter um acordo ainda este ano - o que será virtualmente impossível, já que nos últimos dias de dezembro não se consegue trabalhar normalmente junto à comunidade bancária americana.

Se a conclusão dos acertos já vinha sendo adiada pelos bancos credores sob o argumento de que o Brasil ainda não tinha encaminhado o texto da 7ª Carta de Intenções ao board do FMI, com a divulgação das declarações de Tancredo (sobre a impossibilidade de se cumprir o programa de ajustamento da forma como está traçado, a começar pela redução da inflação de 220% para 120% em 1985) ficou mais evidente que os contratos de rolagem da dívida externa ficarão para depois do dia 15 de janeiro.

APROVAÇÃO

De acordo com representantes

de bancos estrangeiros que operam no País, o Comitê de Assessoramento já tinha como certa a necessidade de alguma forma de aprovação do futuro presidente aos entendimentos encaaminhados com a atual equipe econômica, mesmo que isto se limitasse a declarações públicas. Mas como está evidente a disposição do futuro governo em voltar à mesa de negociação tanto com o FMI quanto com os banqueiros, logo após a posse a 15 de março, para rever os termos do "programa de ajustamento econômico", esta exigência poderá ser colocada agora de forma explícita, inclusive adiando a assinatura de todos os contratos com centenas de credores.

Quanto ao FMI, a opinião de funcionários brasileiros que mantêm contato com a delegação de Pastore nos Estados Unidos é que não haverá possibilidade de se voltar atrás e refazer a 7ª Carta de Intenções sem novas visitas da missão e alteração de todos os cálculos sobre o desempenho econômico do País em 1985. Tudo indica que o Fundo já tinha conhecimento da "fragilidade" dos compromissos que o atual governo vinha assumindo para cumprimento no próximo exercício, entre os quais se destacam o aperto monetário com expansão de apenas 60% no crédito e na moeda, introdução da reforma bancária com separação das contas do Banco do Brasil, Tesouro Nacional e Banco Central e, ainda, arrocho fiscal para permitir a transferência de Cr\$ 42 trilhões para cobrir rombos orçamentários.

Os técnicos lembram que esta carta foi elaborada às pressas para permitir a retomada das negociações com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores, em torno da rolagem das amortizações da dívida externa que começam a vencer no próximo dia 1º de janeiro. Sem a entrega do rascunho da carta ao FMI, os bancos não aceitavam voltar à mesa de negociação com Affonso Pastore, e isso criaria um perigoso impasse para os compromissos internacionais do País se não fosse contornado a tempo.

ALTERNATIVAS

Agora, ficando evidente a intenção de Tancredo Neves em renegociar pelo menos as chamadas grandes metas do "programa de ajusta-

mento", a bord do FMI tem duas alternativas: deixar tudo como está e fazer de conta que não há um novo governo em gestação no País, esperando que o atual cumpra algumas metas pelo menos até março, depois da posse, reabrir as negociações para a 8ª Carta de Intenções; ou então deixar de aprovar a 7ª Carta na próxima reunião do board, reabrindo imediatamente as negociações e exigindo metas que recebam a aprovação de Tancredo Neves.

Com relação aos bancos credores, a situação é mais complicada, porque eles contavam com a aprovação da 7ª Carta e porque não podem adiar os acertos com o governo brasileiro sob pena de verem os pagamentos externos suspensos a partir do dia 1º de janeiro. Por isso mesmo há quem acredite, entre os técnicos do Banco Central, que o Comitê de Assessoramento está mais interessado do que se imagina em concluir o mais rápido possível o acordo de rolagem plurianual das amortizações.

PRESSÕES

Isso porque eles já têm indicação segura de que o futuro governo Tancredo Neves vai tentar realmente mudar os últimos acertos de refinanciamento da dívida, de forma a incluir também os pagamentos anuais de US\$ 12 bilhões de juros - e não apenas as amortizações, como vem sendo exigido pelos credores até agora. As pressões são grandes, dentro do PMDB e da Frente Liberal, para que o novo governo arranque dos banqueiros um acordo mais suave, que permita ao Brasil utilizar o "espaço cambial" para retomar os investimentos necessários ao crescimento interno da economia.

Acertando agora com Pastore os termos já conhecidos da renegociação dos próximos anos, os banqueiros acreditam poder dificultar um pouco a pretensão do futuro governo com relação ao pagamento dos juros. Mas eles sabem - de acordo com representantes no País - que não terão outra alternativa senão voltar à mesa de negociação com a futura equipe econômica de Tancredo, logo após a posse, mesmo que seja para tentar manter as atuais condições. Mas só aceitarão reabrir as negociações se tiverem certeza de que o País seguirá o restante do acordo com o FMI, que termina em fevereiro de 1986.